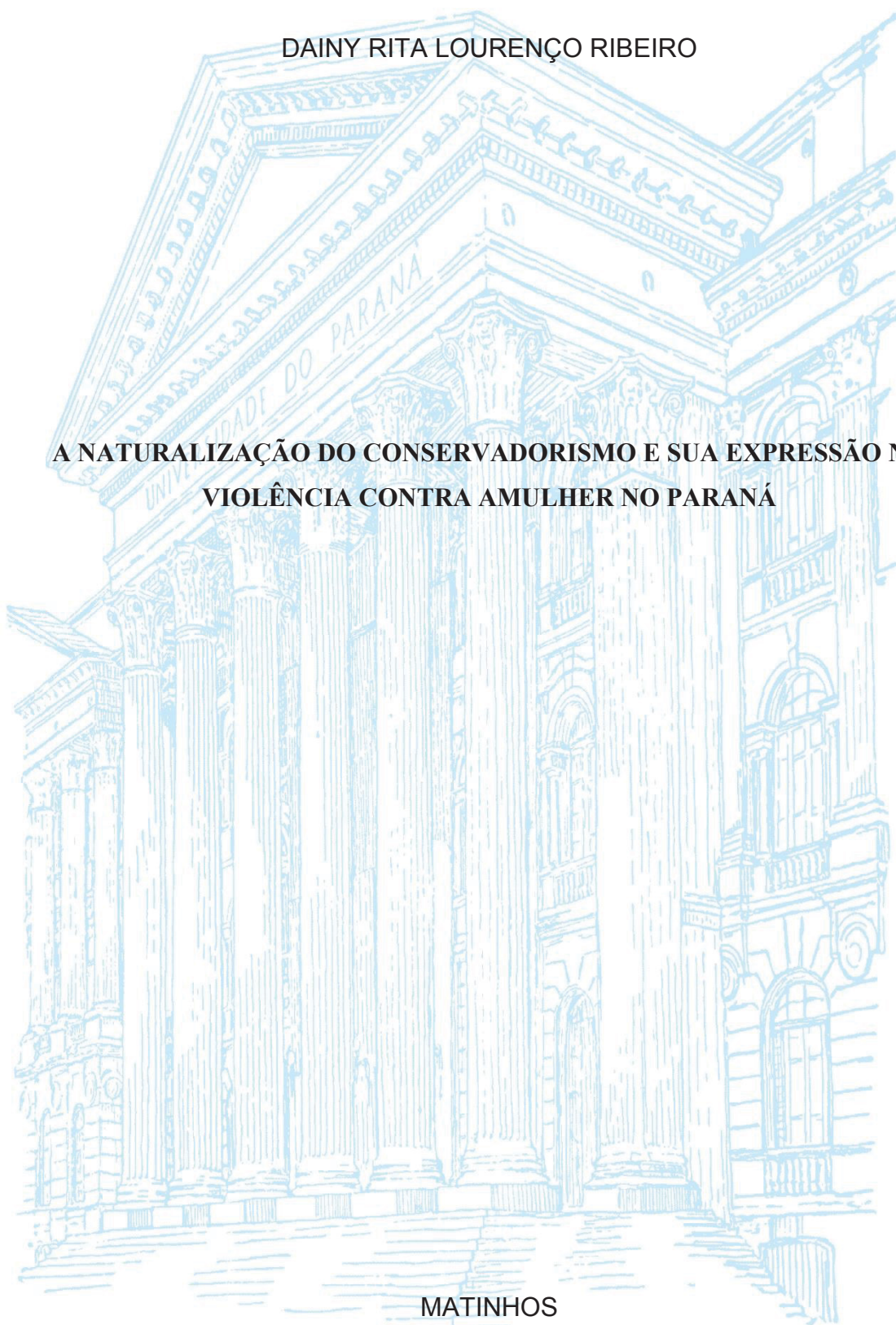


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAINY RITA LOURENÇO RIBEIRO

**A NATURALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO E SUA EXPRESSÃO NA  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PARANÁ**



MATINHOS

2019

DAINY RITA LOURENÇO RIBEIRO

**A NATURALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO E SUA EXPRESSÃO  
NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PARANÁ**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira, a partir de seus Pensadores da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral

**Orientadora:** Prof. Dra. Andrea Francine Batista

MATINHOS

2019



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO

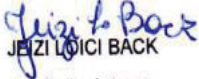
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **DAINY RITA LOURENÇO RIBEIRO** intitulada: **A Naturalização do Conservadorismo e sua Expressão na Violência contra a Mulher no Paraná**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

  
ANDREA FRANCINE BATISTA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
JEIZI LOICI BACK  
Avaliador Interno

  
ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## A NATURALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO E SUA EXPRESSÃO NAVIOLÊNCIA CONTRA AMULHER NO PARANÁ

Dainy Rita Lourenço Ribeiro<sup>1</sup>

### RESUMO

O vento batia na janela das casas silenciosas e vazias dos trabalhadores e trabalhadoras, estes espalhados pelos quatro cantos, centros e em sua maioria marginalizados. Adentrava. E ali ia fazendo morada, sorrateiro, debaixo do tapete, ou em meio às frestas entre as tábuas e as construções a terminar. Este vinha de longas datas, trazia consigo resquícios das invasões de territórios e corpos, das relações de exploração e dominação. Dava pra sentir de longe o mau cheiro de preconceitos, do poder abusivo e da desigualdade. Alastrava. E assim, pouco a pouco ia ganhando corações e mentes. Sabe, esse vento não invadia somente as casas, ele estava nos espaços públicos. Institucionalizava. Criando raízes, usava da força física, da repressão, do medo, da submissão, do trabalho escravo, adquirindo bens financeiros e soerguendo sua ideologia, assim, como um vento certo, porém escondido atrás da subjetividade. Violentava. Mas nas contradições de tudo, encontrava-se nele o sopro da vida árdua, e também da esperança da luta cotidiana, ele por vezes não passava despercebido, e há quem o olhava com cautela. Questionava. E compreendia, que por mais natural que esse vento parecia, ele não o era, pois antes de chegar onde estava, ele sofria todo tipo de transferência a partir das relações que o moldavam. Então assim, se fazia preciso, necessário, por isso estudava e militava.

**Palavras-chave:** Conservadorismo, Violência, Mulheres.

---

<sup>1</sup> Mulher, LGBT, Militante do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra – MST. Graduada em Pedagogia do Campo, pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

## **RESUMEN**

El viento golpeaba la ventana de las casas silenciosas y vacías de los trabajadores, que estaban dispersos en las cuatro esquinas, centros y en su mayoría marginados. Entró. Y aquí estaba haciendo su hogar, escondiéndose debajo de la alfombra o en las grietas entre las tablas y los edificios terminados. Este vino de hace mucho tiempo, traía consigo restos de las invasiones de territorios y cuerpos, de las relaciones de explotación y dominación. Podías oler el hedor a prejuicio, poder abusivo y desigualdad desde lejos. Extendido. Y así, poco a poco, fue ganando corazones y mentes. Sabes, este viento no solo invadió las casas, fue en espacios públicos. Se institucionalizó. Enraizándose, utilizó la fuerza física, la represión, el miedo, la sumisión, el trabajo esclavo, la adquisición de activos financieros y la elevación de su ideología, por lo tanto, como un viento claro, pero escondido detrás de la subjetividad. Violado Pero en las contradicciones de todo, había en él el aliento de una vida ardua, y también la esperanza de la lucha diaria, a veces pasaba desapercibido, y había quienes lo miraban con precaución. Cuestionado Y entendió que, tan natural como parecía este viento, no lo era, ya que antes de llegar a su lugar sufrió todo tipo de transferencia de las relaciones que lo formaron. Entonces, si es necesario, y por eso estudiaba y militaba.

**Palabras-chave:** Conservadurismo. Violencia. Mujeres.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir da indagação do porquê estarmos vivenciando um período histórico com tantos retrocessos, avanço do conservadorismo, descuido do Estado com a população e naturalização da violência de diversas maneiras, sendo ela física, psicológica, financeira, entre outras. Os discursos de ódio de representantes políticos e da população como um todo vem reforçando preconceitos e ações totalmente agressivas, expressando-se com mais vigor em alguns grupos sociais específicos como os negros e negras, LGBTQ+, e mulheres. O estudo que aqui se apresenta é fruto de uma pesquisa entorno do como se expressa essa violência na última categoria citada, nas mulheres.

Com isso o processo metodológico utilizado foi a partir das vivências, diálogos, formações da autora, que é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a partir de leituras e pesquisa bibliográfica, com uso de livros, sites interativos, entrevistas on-line, entre outras. Sendo organizado o artigo com três tópicos e as considerações finais apontando algumas formas de resistência.

Assim sendo, se fez necessário buscar na história do Brasil elementos que contribuíssem no entendimento da constituição do momento atual, pois o agora é resultado das diferentes relações sociais que se forjaram em nosso país. Sendo assim, o primeiro tópico se refere a compreender as raízes históricas do conservadorismo, buscando nossas raízes coloniais e escravistas, bem como o desenvolvimento do neoliberalismo, para entendermos como o conservadorismo aos poucos se forma, cresce e se apodera de tudo que lhe é possível.

No segundo tópico o foco central é compreender a relação entre gênero, conservadorismo e violência, apresentando os processos históricos, culturais e sociais e o que a mantém em nosso meio, entender como se correlaciona com a questão do poder e seus reflexos, sendo no âmbito privado ou público, andando violência e conservadorismo de mãos dadas com as relações de trabalho capitalistas, com o patriarcado e com os diferentes tipos de preconceitos institucionalizados.

No terceiro tópico apresentar dados da expressão do conservadorismo na violência contra a mulher no estado do Paraná, fazendo interlocução com algumas falas do atual presidente que incita o discurso do ódio e a violência em seus diferentes aspectos

Mas, apesar de toda essa avalanche que se expressa na atualidade, compreender gênero, patriarcado, violência, constituição de um país e de seres humanos, é também assimilar que somos história, cultura, e que nem tudo sempre foi do jeito que está, que há movimento e que há resistência, luta, militância, e possibilidade de mudança. Sendo assim nas considerações finais trazemos algumas formas de organizações sociais que pautam a resistência atrelada com a mudança da estrutura social.

## **01. DESNATURALIZANDO O CONSERVADORISMO**

*“A nação é um retângulo de pano  
e uma música alegre.  
A nação é um esforço insano  
com o qual um povo triste e pobre  
encobre seus enganos.”  
(MAURO IASI)*

Estamos em um período delicado da nossa história, tanto na América Latina, quanto em nosso país, apresentando-se nas diversas formas de repressão a todas as tentativas de organização social, militância ou ameaças e críticas ao sistema capitalista que se caracteriza e se sustenta através da exploração, propriedade privada e das desigualdades sociais. Temos em nossa atualidade uma grande legitimação do conservadorismo e isso se consolida a partir de relações sociais forjadas cotidianamente, sendo elas individuais ou coletivas.

Esse retrocesso acelerado reflete-se diretamente na redução dos direitos e acesso às políticas públicas que a classe trabalhadora foi conquistando devido sua organização social e lutas populares, como processo de contradição do capitalismo. Consequentemente aumenta a criminalização das lutas sociais e diversifica as

formas de violência contra a classe trabalhadora, em especial quando relacionado às suas dimensões de raça, gênero e sexualidade.

Ao pensarmos no contexto atual que presenciamos no Brasil é necessário compreender quais motivos o impulsionaram e o construíram. Para tanto, é fundamental analisar a realidade com base na essência e nas raízes de seu processo e desenvolvimento, desnaturalizando as relações e o comportamento individual e coletivo que formam e reforçam as culturas dominantes que se reproduzem historicamente. É necessário compreender que culturas não são transpassadas geneticamente, mas sim forjadas pelos seres humanos de acordo com seus interesses. Souza (2017) nos mostra que:

A influência cultural não se transmite, afinal, nas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são construídos por influência de instituições. É fácil perceber isso com simples exemplos cotidianos. Pensemos na família, na escola ou no mercado de trabalho. Disposições para o comportamento fundamentais, como a disciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo, são ensinadas por meio de prêmios e castigos institucionais não necessariamente físicos, nem muito menos necessariamente conscientes. (SOUZA, 2017, p. 26)

Nossa sociedade é organizada a partir de diferentes instituições de poder que regem nossas ações, nosso pensar, nossas relações públicas ou privadas. Cada instituição tem seu papel e sua forma de agir. Entre elas, além do que nos diz Souza (2017) é importante considerar a mídia, as igrejas, e inclusive o papel do Estado.

Assim, “a questão do poder é a questão central de toda a sociedade” (Souza, 2017). A partir das relações de poder conseguimos identificar quem é opressor e quem é oprimido, quem manda e quem obedece, e mais a fundo, observar como essas relações se consolidam em nosso meio se naturalizando e regendo assim a nossa forma de vida.

Entretanto, é extremamente necessária a compreensão de que essas relações e os papéis sociais mudam de acordo com a necessidade estrutural de cada modelo de sociedade. As maneiras com que a desigualdade social se estende, modificam-se ao longo do processo histórico sociocultural da formação brasileira, porém, o que não muda dentro da ordem capitalista é a essência da organização de uma sociedade de exploração, bem como o antagonismo de classe, onde há os que exploram e os que são explorados. Forma-se assim, valores, as culturas e ideologias que buscam conservar essa ordem.



Mas como o conservadorismo se consolida em nosso meio? Como se origina e se alimenta? Como ganha corações e mentes, sem que nem mesmo haja questionamentos dos porquês agimos e pensamos de tal forma? As ações e pensamentos são considerados naturais, são considerados únicos e individuais.

Mauro Iasi (2015) nos ajuda a encontrar mais elementos para compreender esse processo apontando que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. Nesta direção é importante que comecemos por delinear o cenário no qual o conservadorismo se apresenta. (IASI, 2015, p. 1)

De acordo com o autor, as atitudes conservadoras que se manifestam no nosso meio social, sendo elas representações individuais ou coletivas, elas são enraizadas e mantidas pelo modelo social, que se consolida a partir das relações entre classes com ideais e ações antagônicas. Por isso para a compreensão de sua manifestação, é preciso a compreensão de como se constrói (sendo essas construções ideológicas e materiais) os espaços em que o conservadorismo atua. Sendo assim é importante ressaltarmos alguns elementos que consolida o Brasil como país hoje.

Segundo Caio Prado Junior, para compreendermos o Brasil é necessário, observarmos três pontos centrais, os quais são: “o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado” (PRADO JUNIOR, 1965, *apud* CABRAL, 2012, p. 57). Cabral (2012) continua sua análise, afirmando que:

Ao propor investigar o sentido da colonização, Prado Júnior (1965) faz inicialmente uma observação que alude ao tipo de ocupação realizada nas colônias da América. Para ele existe uma diferença significativa no que se refere à ocupação do novo mundo. A exploração das colônias nos trópicos se estabelece de forma bem distinta das zonas temperadas: o Europeu só se predispôs a migrar para as colônias dos trópicos na medida em que eram oferecidas grandes vantagens para o processo de exploração, ou seja, na medida em que podiam se apropriar de grandes unidades produtoras e ter, sob o seu domínio, uma mão de obra escrava (de indígenas ou de africanos). (CABRAL, 2012, p. 57)

Desta maneira, podemos observar que o processo de colonização na América Latina se caracteriza fundamentalmente na produção para exportação articulada

intimamente com a mão-de-obra escravizada, torturada e expropriada, seja ela indígena ou africana. De acordo com Cabral (2012) “uma característica constante da nossa economia – que se apresenta desde o período colonial –, é a prioridade das atividades básicas direcionadas para o mercado externo” (CABRAL, 2012, p. 55). Ou seja, nosso país é colonizado sob as bases de uma economia mercantil exportadora, servindo desde um primeiro momento ao desenvolvimento máximo do capitalismo na Europa, e de maneira lenta, gradual e sob certos interesses nos países colonizados, característica essa do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista.

De acordo com Cabral (2012) a constituição material e ideológica do nosso país pode ser analisada por essas especificidades, assim como pela abrangência de três raças matrizes (indígena, africana e portuguesa), que com suas características, valores, culturas e diversidade formam o Brasil. Os valores formados desde esse momento do desenvolvimento do país são forjados sob as relações de opressão e repressão de dois povos, os indígenas e afrodescendentes, heranças culturais dominantes que se reproduziram durante séculos e séculos. Ou seja, “os valores que emergiram a partir desta organização social (com a ênfase nos interesses privados da Coroa e dos senhores proprietários) contribuíram para rebaixar os níveis de generalidade humana desta sociedade.” (CABRAL, 2012, p. 59).

Essa formação econômica do Brasil deixa marcas profundas na formação cultural de seu povo. Por um lado, a resistência e a perspectiva de mudanças sociais, e por outro a formação de uma classe dominante que mescla o racismo, a discriminação de gênero, e que segundo FERNANDES (1976) a intolerância contra qualquer possibilidade de redução de seus privilégios.

O Brasil carrega consigo, desde sua formação, relações autoritárias calcadas na grande desigualdade social que se formou pelo regime de poder entre senhores de engenho e escravizados; entre latifundiários e pequenos camponeses ou sem-terras; entre os grandes industriais e uma classe operária subjugada às condições mínimas e parcas de sobrevivência.

Segundo Freyre, citado por Souza (2017) é necessário ressaltar que essas relações autoritárias se estenderam à formação das famílias de maneira geral. A começar pelas evidências históricas de estupros de mulheres indígenas pelos colonizadores, pelos bandeirantes, ou ainda pelo estupro e servidão das mulheres africanas escravizadas nas senzalas – as mucamas, que deveriam gerar novos

escravizados para o aumento da lucratividade de seus negócios. Os grandes proprietários de terra exerciam seu poder de maneira privada e pública. A intrínseca relação entre público e privado se refletia nas relações familiares, na casa grande, e na senzala.

A herança dos preconceitos com toda a cultura relacionada aos negros e indígenas perpetua em nosso meio até os dias atuais. Oriundos de um Brasil colônia, essas culturas eram barradas e subordinadas aos homens brancos, senhores de engenho, de grandes propriedades de terra e donos de escravos. Cabral (2012) analisa que “a gênese da nossa formação tem no trabalho escravo e servil, na subjugação do negro e do índio à cultura branca europeia e na exploração econômica das riquezas naturais, as bases para a constituição da sociedade brasileira no período colonial.” (CABRAL, 2012, p. 64)

Compreendendo a colonização como uma de nossas raízes fundantes, Souza (2017) destaca que precisamos analisá-la de maneira mais específica no Brasil, que se estrutura economicamente na monocultura baseada no trabalho escravo e socialmente organizada a partir do patriarcado, da família como resumo de toda estrutura social. A nossa colonização se difere um pouco da colonização da América como um todo, pois os portugueses apesar de defensores do catolicismo trouxeram para o Brasil também características da cultura moura e mulçumana, fundamentando-se na desvalorização e invisibilização da mulher, na destinação do trabalho doméstico como natureza feminina, e na poligamia masculina.

A lógica do monocultivo era governada pelo fazendeiro patriarca, o qual era dono de grandes extensões de terra, da mulher, dos filhos e dos escravos (que eram definidos pela cor da pele, pelo genótipo), não havendo superioridade sob seus decretos, ele era a autoridade máxima.

Segundo Freyre, citado por Souza (2017) a organização patriarcal que se consolida no Brasil, a partir dos portugueses, é a que se baseia nos maometanos, como dito a cima. Devido à necessidade de aumentar a população pelas grandes extensões de terra que foram colonizadas, então a maneira mais rápida, era a partir da poligamia, em que a relação que o patriarca teria com suas escravas e seus filhos bastardos era muito particular, pois dependia de seu papel como autoridade. Juntamente com o aumento populacional, se fazia a construção de uma classe dominante que defendia os interesses do patriarca, as disputas por territórios ou até mesmo na vigilância para com os escravizados.

De acordo com Chauí (2000), antes do termo nação, usava-se a terminologia *pátria*, que se deriva do latim *pater* o qual está relacionado à figura pai juridicamente, ou seja, tudo que está sob o domínio do pai que era o poder máximo da família, essa por sua vez, constituída por esposa, filhos, escravos e os clientes. Nas palavras da autora:

Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do patrimonium), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz domus, e o poder do pai sobre a casa é o dominium) , e os que estão sob seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica “pátrio poder”, para referir-se ao poder legal do pai sobre filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres). (CHAUÍ, 2000, p. 12, 13)

Pátria referia-se, portanto, aos indivíduos que estavam dentro da ordem jurídica social. Como contraponto existia os ditos conhecidos como nação, relacionando aqueles que estavam à margem da ordem, os indígenas, negros e judeus.

De acordo Hobsbawn citado por Chauí (2000), o termo nação, entra em vigor nas *discussões* e definições do nosso país por volta dos anos de 1830, sendo dividido em três etapas: “princípio da nacionalidade (1830 a 1880), ideia nacional (1880 a 1918) e questão nacional (1918 a 1950/60)” (HOBBSAWN, 1990, *apud* CHAUÍ, 2000, pág. 13, 14). A primeira relacionava a nação como grandes extensões de territórios e densidade demográfica, guiada pela economia política liberal; a segunda com a língua, religião e raça, discutido pelos intelectuais pequenos burgueses; e a terceira tendo como critério principal a consciência nacional a partir dos partidos políticos e governos.

O nacionalismo é uma ideologia que esconde a rivalidade, os enfrentamentos internos, a diversidade, as lutas de resistência, o embate entre classes. Forjando um sentimento homogêneo, nacional, tem por objetivo que os indivíduos defendam ideias e ações individuais, restritas a um grupo social dominante, como se fosse interesse coletivo da grande população mesmo que o resultado seja prejudicial aos interesses da grande maioria, ou seja, prejudica grande parcela da sociedade pelo

fato de acreditar que o desenvolvimento nacional abrange o interesse de todos e todas. Sendo assim,

De fato, no primeiro período, a nação e a nacionalidade são um programa de ação e ocupam, à direita e à esquerda, o espaço das lutas econômicas, política e ideológicas. No segundo período, porém, isto é, desde 1980 mais ou menos, nação e nacionalidade se deslocam para o campo das representações já consolidadas - que, portanto, não são objeto de disputas e programas -, tendo a seu cargo diversas tarefas político ideológicas, tais como legitimar nossa sociedade autoritária, oferecer mecanismos para tolerar várias formas de violência e servir de parâmetro para aferir ou avaliar as autodenominadas políticas de modernização do país. É com esse conjunto de tarefas que elas vêm se inscrever nas comemorações do “Brasil 500”. (CHAUÍ, 2000, p. 24)

Outro fator importante para compreendermos nossa formação, segundo Chauí (2000) é o “verdeamarelismo”. A autora ressalta que: “foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do ‘país essencialmente agrário’ e sua construção coincide com o período de princípio da nacionalidade” (CHAUÍ, 2000, p.32). Isso servia como aporte das raízes coloniais, da dominação e do poder concentrados nas mesmas esferas no Império e na República. Como visto acima, o Brasil é colonizado com o intuito de servir como grande polo de exportação para grandes potências mundiais, e o sentimento de nacionalidade em conjunto com o “verdeamarelismo” são alimentados culturalmente com esse propósito.

Nesse período tínhamos uma grande exaltação da natureza, do clima tropical, da fauna e flora brasileira escondendo todo tipo de conflito ao mesmo tempo em que se estimulava a grande expansão e produção excedente. Moldando o povo brasileiro como pacífico e ordeiro, dando ênfase em algumas culturas específicas tratadas como nacionais, eram as características marcantes para diferenciar as classes abastadas das populares. Aqui aos poucos se forma e firma o lema de *ordem e progresso*.

Segundo a autora o “verdeamarelismo”, atrelado ao desenvolvimento da questão nacional apresenta a luta de classes de uma forma mítica, buscando barrar qualquer manifestação da classe trabalhadora a partir das leis, e reafirmando o caráter nacional da família tradicional brasileira “generosa, fraterna, honesta, ordeira e pacífica” (CHAUÍ, 2000, p. 38). Esta dominação automaticamente recebia apoio dos meios de comunicação, que na época eram o rádio e os jornais escritos, como ferramenta de manipulação ideológica diária e contínua. Sendo assim,

“overdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado”. (CHAUÍ, 2000, p. 38).

É importante em nossa análise ressaltar aqui o lema usado para derrubar o ex-presidente João Goulart em 1964, “*tradição, família e propriedade*”, pois a relação com nossa atual realidade parece intrínseca com a da época. A ditadura civil-militar por sua vez, teve três funções essenciais: repressão da classe trabalhadora e das lutas populares; unificação da nação contra a fragmentação e dispersão por interesses individuais; e desenvolvimento do capitalismo, continuando com a manipulação midiática, agora através da TV.

De acordo com Chauí (2000), o mito fundador deste país, desta nação, se fortalece com o semióforo<sup>2</sup> nação em que o Brasil tem como seus agentes principais Deus e a natureza, e em consequência, o Estado como continuidade natural da família. Nas palavras da autora:

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (CHAUÍ, 2000, p. 7)

Segunda a autora, o discurso para que o Brasil se torne uma colônia de Portugal, de forma a exportar mercadorias, era que Deus tinha preparado um mundo novo, um paraíso na terra e que o povo daqui era “*sem fé, sem lei, sem rei*”, formando assim o mito fundador que nos origina e nos acompanha. Assim, a formação deste país entra para história a partir de sua natureza reconhecida como exuberante e reforçada em vários âmbitos, como na bandeira, no hino, em poesias, canções e assim automaticamente nas reproduções históricas e culturais.

---

<sup>2</sup>Segundo a definição da autora: “um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”. (CHAUÍ, 2000, pág. 8 e 9)

Em consequência por ser povos “sem fé”, os povos nativos precisavam ser evangelizados e suas culturas demonizadas, como o é até os dias atuais, quando observamos a criminalização de religiões de matriz afrodescendente. Ao mesmo tempo difundia-se a ideia de que existia um povo ordeiro e receptivo, dispostos a serem governados. E por ser um povo “sem lei” agraciado pela divina exuberância natural, com o objetivo de não cairmos no pecado era preciso um ser social que salvasse esses patrimônios, sendo assim, esse ser escolhido, como ordem natural das relações, era um escolhido por Deus. Chauí (2000) analisa que:

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador. (CHAUÍ, 2000, p. 57, 58)

A partir dessas análises podemos evidenciar que o conservadorismo não é natural em nossas relações, e ao mesmo tempo não está presente somente na nossa atualidade, ou em nossas relações modernas. Essa é uma de nossas raízes fundantes, formada e reforçada de forma hegemônica, porém arquitetada de maneira minuciosa e frequente a partir de diferentes meios e instituições de poder, sendo eles coercitivos, violentos, ou consensuados por pactos. O fato é que o conservadorismo permeia nosso meio e é intrínseco às nossas ações. Faz-se sorrateiro e natural, mas não é, nem o primeiro, nem o segundo, ele é histórico, cultural e contribui na desigualdade social e na violência contra várias esferas sociais, sendo elas, mulheres, LGBTQI+, negros e negras, indígenas e de uma forma geral enquanto classe trabalhadora e periférica.

## 02.COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA, GÊNERO E CONSERVADORISMO

*“Sinto no meu corpo  
A dor que angustia  
A lei ao meu redor  
A lei que eu não queria  
Estado Violência  
Estado Hipocrisia  
A lei não é minha  
A lei que eu não queria  
Meu corpo não é meu”  
(TITÃS)*

Para compreender a violência de gênero se faz necessário desmistificar o conceito de violência e entender como se consolida o processo até resultar na violência subjetiva contra as mulheres. Quais são os mecanismos que reforçam essa violência? Ela é institucionalizada? Quais são suas raízes? O que a mantém vívida, mesmo com tanta militância contra? Ela contribui no processo de organização social capitalista? São perguntas para contribuir na reflexão que vamos traçar a seguir.

De acordo com Zizek (2014) a rede que engloba e sustenta a violência é bem maior do que o visível que nos é permitido e incentivado a notarmos cotidianamente. Sendo assim a violência subjetiva esconde a objetiva como um pano bonito de belas relações pacíficas a ordeiras, mas a contraposição a essa ordem a objetiva por sua vez, se dá na busca de conservar os privilégios da classe dominante, os quais têm raízes históricas como apontado no capítulo anterior e é onde estão as raízes escondidas da violência. Elas se forjam, se reformulam e se enraízam em diferentes facetas da sociedade.

Parafrazeando Zizek (2014), a política hoje se baseia na 'biopolítica pós-política'. A “pós-política é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas”, e a biopolítica “designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas” (ZIZEK, 2014, p.39). Isso pode ser observado nos últimos anos a partir de discursos políticos e da grande massa que se posicionam atacando os direitos humanos e sociais como “ideológicos”, e que são necessários critérios técnicos e administrativos para se governar. Exemplo disso



é o ataque à chamada “ideologia de gênero”, ou ainda a defesa da “Escola Sem Partido”.

Sendo assim, a política, se constitui a partir da instauração do medo em diferentes aspectos e dimensões, ou seja, a política atua a partir da violência e do medo, muito mais do que na busca de falsos “consensos”. E para que esse processo se efetue, há necessidade em coisificar o outro, onde os sentimentos não sejam de um indivíduo para indivíduo, mas sim de indivíduos para coisas. Indivíduos-Coisas que são privadas da fala, de posicionar-se perante o mundo, de consolidar suas identidades coletivas, e mesmo argumentar sobre as contradições desse sistema de dominação. Por isso, manter as vozes que ecoam e se atrevem em serem sujeitos de sua própria história, são barradas a partir de diferentes formas de violência, algumas delas objetivas e palpáveis, outras sutis, mas todas construídas e reforçadas para manutenção da ordem.

Saffioti (2015) apresenta a relação violência e gênero como construções. A autora destaca que “o gênero é constitutivo das relações sociais, como afirma Scott (1983, 1988), da mesma forma que a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica de ordem patriarcal do gênero”. (SAFFIOTI, 2015, p.198). A autora traz os conceitos juntos nesse momento, porém eles nem sempre se correlacionam para atuação perante as relações, essa junção se inicia comprovadamente a partir do patriarcado.

Segundo Saffioti (2015), entre “as maiores preocupações dos brasileiros aparecem infalivelmente, o desemprego e a violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 12). Apesar de aparecem como termos desassociados, eles estão intrinsecamente relacionados, pois são derivados da estrutura social que temos e automaticamente das relações de poder. Baseando-se no Pensamento de Foucault, a autora aponta que o poder se forja a partir e nas relações sociais, ou seja, o poder não está somente atrelado a um indivíduo, ele está em rede, em teia, sendo reproduzido a partir de suas raízes que vão se institucionalizando e permitindo que passe por indivíduos conforme cada momento histórico, sendo ele reflexo na macro e micropolítica.(FOUCAULT, 1981, *apud* SAFFIOTI, 2015)

Desta forma, essa teia do poder vai produzindo e reproduzindo conceitos e ações que servem como base para nossas relações sociais e o convívio entre os indivíduos. Forja assim valores e culturas a partir das dicotomias: bem e o mal, certo e errado, entre outras. Ao mesmo tempo em que formamos e reformulamos esses

conceitos e ações, somos formados e formadas por eles. Porém, isso se aplica de formas distintas, pois são readaptados constantemente por uma classe dominante com a intencionalidade de manter desigualdades sociais extremas, e sob elas os lucros e vantagens de uma classe social sob a outra. Como contraponto, há diferentes formas de resistência e possibilidades de formulação ou resignificação de conceitos e ações para a construção de uma nova forma social. Um dos conceitos fundantes da nossa constituição e importante para nosso estudo é o patriarcado.

Segundo Saffioti (2015), o patriarcado se constitui de forma diferente em cada período histórico e território, porém a essência dele é a mesma. Nas palavras da autora: “observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização” (SAFFIOTI, 2015, p. 107). Neste sentido a autora continua citando que uma das formas que o patriarcado utiliza para sua dominação e exploração, se faz também a partir da naturalização da rivalidade feminina e de sua fácil reprodução. Para ela,

[...] além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. [...] esta estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder. Quer se trate de Pedro, João ou Zé Ninguém, a máquina funciona até mesmo acionada por mulheres. Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (SAFFIOTI, 2015, p. 108)

O patriarcado transpassa o sujeito em si, ele é enraizado pelas diferentes instituições de poder e assim sendo, ele não é somente resultado das relações privadas entre as famílias, entre amigos, entre homem e mulher, mas ele se dá nas relações de trabalho, nas desigualdades sociais, no acesso ao conhecimento, no poder de fala, na invisibilização do ser humano como sujeito da sua própria história, nas ações e no controle do corpo e da sexualidade que constituem as relações homem – mulher, homem – homem, mulher – mulher. O patriarcado respinga nos homens também seus efeitos, padrões de comportamento e preconceitos, mas o que é preciso evidenciar que seus resultados nos corpos femininos soam de uma maneira bem mais devastadora e gigantesca.

Sendo assim institucionalizado, o patriarcado age sob o corpo da mulher de diferentes formas. Como exemplo, podemos citar o papel da Igreja que desenha a mulher como santa ou como prostituta, como responsável pelo pecado dos homens e mulheres na terra; a mídia com seus rigorosos padrões de beleza e seus ideais de relacionamentos, sendo na maioria das vezes a mulher como sujeita que tudo suporta e aceita; a família que regula desde as brincadeiras, gestos, a maneira de sentar, a forma de falar, o peso da maternidade. À mulher pesa as diferentes formas de violência desde a sua tenra idade à velhice pelas diferentes relações, sendo elas públicas ou privadas, sendo elas relações de trabalho ou sexuais. Desta forma:

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (SAFFIOTI, 2015, p. 113)

Segundo esta autora, gênero e sexo são indissociáveis, não existe representação do sexo sem que ele sofra interferência do meio social e das predefinições de gênero que se formaram. Desta forma, a maneira como os sexos se relacionam, como se forjam o ser feminino o masculino, se fundam a partir das relações entre ambos e de tudo que os rege e os é regido. O patriarcado se forja nessas relações, não sendo sempre da mesma forma, ou via de regra única como algo que sempre existiu.

Para melhor compreensão da exploração e dominação desses corpos, se faz necessária a relação com outras categorias de análise social, como raça, sexualidade e classe. Com foco nessa última, é importante ressaltar que o capitalismo tem por base explorar força de trabalho da classe trabalhadora, para acumulação de riqueza da classe dominante, e isso se faz violentamente a partir do domínio dos corpos, mas quando os corpos são femininos, negros e com orientação sexual diferente dos padrões heteronormativos, isso se intensifica. Por isso, a manutenção do patriarcado mesmo antecedendo o capitalismo, se faz útil para o capital e sua ordem social.

Desde seus inícios, a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Já se analisou, ainda que ligeiramente, a unicidade do racismo e do sexismo. É óbvio que este fato preexistiu, de longe, à emergência do capitalismo; mas este se apropriou desta desvantagem feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma [...]. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. (SAFFIOTI, 2015, p. 138)

Neste sentido, a constituição do patriarcado se forja a partir da relação entre violência e gênero, porém a violência não está somente restrita a esses conceitos ou essa face da sociedade. O capitalismo também age com violência sob os corpos, se apropriando assim do patriarcado (e do racismo) como contribuição do seu processo de exploração e dominação, que mesmo sendo antecedentes do capitalismo, servem como bases estruturantes para o sistema. E para que isso ocorra de maneira arquitetada e contínua, o capital tem seus meios de poder institucionalizados, que projetam, afirmam e reafirmam através de culturas, valores, conceitos dominantes. A expressão mais intrínseca e enraizada do conservadorismo é disseminada a partir de discursos, de 'brincadeiras e piadas', de regras padronizadas de comportamento, e com toda certeza a partir da violência em suas diferentes faces. O que podemos perceber é o avanço e ao mesmo tempo o despertar de uma onda conservadora nesse período atual.

### **03.O AUMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DO PARANÁ**

*“Vó, como cê conseguiu criar três mulheres sozinha,  
Na época que mulher não valia nada  
Menina na cidade grande, No susto viúva  
E daquela cor que só serve pra ser abusada  
Você não costurou, só roupa né.  
Teve que costurar um mundo,  
De trauma, abdicação, luta”  
(DJONGA)*

As expressões de violência sob os corpos se dão de diferentes formas, em diferentes espaços e níveis, podendo ser psicológica, física, mental, financeira, patrimonial, moral. E assim vamos nos deter a partir de dados estatísticos no avanço da violência contra as mulheres no Paraná, nesse último período, apresentando

conjuntamente algumas falas ou discursos de ódio de pessoas públicas, incluindo o atual presidente.

O Brasil é um dos países que mais mata mulheres somente pelo fato de serem mulheres, e como visto anteriormente o encargo histórico e cultural que isso engloba, nesse período atual isso se intensifica pelo próprio descuido do Estado e a implementação de algumas políticas públicas de fortalecimento à violência.

Vejamos abaixo alguns dados que demonstram essa questão:

**Em 2016, 40% das mortes de mulheres em casa foram com armas de fogo no Brasil.** Quinto país que mais mata **mulheres** no mundo, de acordo com números da OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil pode piorar seus indicadores de **feminicídio** com a flexibilização do uso de **armas de fogo**. Dados analisados por especialistas mostram que a liberação de armamentos pode aumentar a vulnerabilidade em casos de **violência doméstica** e que, dificilmente, as mulheres conseguirão se defender de agressões.

Decreto assinado nesta terça-feira (15) pelo presidente **Jair Bolsonaro** prevê que a “efetiva necessidade” para posse de arma concedida pela Polícia Federal irá abranger proprietários rurais e de estabelecimentos comerciais, agentes de segurança e moradores de unidades federativas que tenham índices anuais de mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes, conforme os dados de 2016 de 2016 do Atlas da Violência 2018. Todos os estados e o Distrito Federal se encaixam nesse critério. O texto não muda regras para porte de arma. Na avaliação de especialistas que atuam na área, defensores do armamento desconhecem fatores do cenário de **violência contra mulher**, como o perfil das vítimas e dos agressores e as fragilidades da rede de assistência, incluindo falhas no atendimento nas delegacias e na fiscalização de medidas protetivas e número insuficiente de casas de abrigo. (FERNANDES, 2019, *on-line*)

Em uma reportagem da RPC, filial da Rede Globo no Paraná, é apontado um aumento significativo da violência doméstica em relação ao mesmo período do ano passado. Somente neste ano de 2019 somam-se 26.288 casos. Segue abaixo trecho da reportagem que destaca e analisa esses dados.

O Paraná registrou um aumento de 24,6% nas ocorrências de violência doméstica no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo Governo do Estado. Foram 26.288 casos neste ano, contra 21.048 nos seis primeiros meses de 2018. (...)

“Criminalmente falando, os primeiros sinais de agressão são mais tênues. Vai começar com um xingamento, com uma humilhação, e isso vai, moralmente, deixar a vítima abalada”, explica Kovalhuk.

No ciclo da violência contra a mulher, normalmente, os xingamentos passam a ameaças. “Às vezes ameaça de agressão, às vezes ameaça até de morte. Aí parte-se então pra agressão física. Uma agressão física inicial que não deixa marcas, até uma agressão mais violenta, e daí vai culminar no feminicídio”, pontua a delegada.

Kovalhuk afirma que, até a criação da Lei Maria da Penha, as mulheres não eram amparadas pelo poder público. “Então vingava aquele jargão de que

briga de marido e mulher não se mete a colher. Essa violência não saía de dentro de casa. Só que o nível, a quantidade, o volume de violência é tão grande, que justamente, a gente precisou dessa lei para que todo o aparato estatal, todo o aparato de saúde pública acordasse pra ver que isso é um problema grave”, detalha a delegada. (PAVANELLI, 2019, *on-line*)

Podemos perceber que a delegada cita a lei Maria da Penha em seu depoimento dado em reportagem ao G1 Paraná. Nesse sentido, aproveitamos para fazer um rápido recorte sobre o tema, esperando servir de instigação para o/a leitor/a realizar mais pesquisas sobre o tema.

Esta lei é sancionada em 07 de agosto de 2006 visando proteger a mulher da violência doméstica e familiar. Recebe esse nome devido a Maria da Penha, farmacêutica, liderança do movimento em defesa dos direitos das mulheres, que sofreu violência de seu cônjuge por vários anos. O denunciou e não obteve resultados da parte do governo brasileiro. Depois de um tempo da realização das denúncias, resolveu acionar o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Estes organismos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O caso de Maria da Penha só foi solucionado em 2002 quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É importante observar que a lei é muito recente e provavelmente há várias falhas, mas com a lei, foi impulsionada a criação do Disque 180, contato de denúncia para as mulheres em estado de violência, e da Casa de Mulheres que servem como apoio quando as mulheres não têm outro espaço para habitar.

Na posição contrária a estes avanços significativos referente aos direitos da mulher, os últimos anos vêm sendo marcados por declarações públicas carregadas de preconceito e discriminação da mulher. Citamos abaixo, nada mais nada menos que as falas do atual presidente do país, Jair Bolsonaro, integrante do Partido Social Liberal (PSL), que alinhado ao liberalismo, defende a liberalização econômica e o conservadorismo dos costumes. Suas declarações são carregadas de preconceito e ódio.

**“Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade.”**

Em abril, Bolsonaro afirmou que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay. Ao falar sobre a imagem do Brasil no exterior, Bolsonaro fez apologia ao turismo sexual. Em reação, estados brasileiros lançaram campanhas contra a exploração sexual. [...]

**“Ela não merece (ser estuprada) porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece.”**

Em dezembro de 2014, Bolsonaro ofende a deputada Mara do Rosário (PT-RS), sendo posteriormente condenado a indenizar a petista. Em 2003, Bolsonaro já havia dito, em discurso na Câmara: “Eu falei que não ia estuprar você (Maria do Rosário) porque você não merece”. [...]

**“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.”**

Em junho de 2011, durante uma entrevista à revista Playboy. Em 2017, ele volta a comentar o caso com a Veja. (GARCIA, Gabriel, 2019, *on-line*)

Essas declarações demonstram um tipo de pensamento que encontram ressonância no senso comum e na alienação de parte da população brasileira, que naturaliza a condição feminina historicamente construída no Brasil, bem como a discriminação contra as populações LGBTQI+.

No caso mais específico do Estado do Paraná, os dados disponíveis até o ano de 2017, apresentam os números e o perfil da violência contra mulher expressadas nas mais diferentes formas.

Entre 2014 e 2017, as mulheres foram 70% das vítimas dos 48.540 casos de violência física registrados no Paraná pelo Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). [...]

Nos 7422 estupros registrados no Sinan no estado, no período, 87% tiveram mulheres como vítimas [...]. País, padrastos e irmãos das vítimas mulheres forma os agressores em 19% dos casos de estupro. Mas na maior parte dos casos 27%, o estuprador foi uma pessoa desconhecida.

No SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) houve 55.040 registros de homicídios entre 1996 e 2016, e em 9% dos casos as vítimas foram mulheres. Brancas foram 74% e negras foram 17% das mulheres assassinadas no estado. Entretanto, quando analisada a taxa de homicídio de mulheres negras, Paraná lidera ranking no país: a taxa foi de 296,6 negras assassinadas a cada morreram mais dentro de casa do que os homens. O principal local em que eles morreram foi em via pública (42%), enquanto para 100 mil habitantes em 2016. Independentemente de raça, as mulheres morreram mais dentro de casa do que os homens. O principal local em que eles morreram foi em via pública (42%), enquanto para elas foi centros e casa (33%). (GENERO E NÚMERO, 2019, *on-line*)

Violência física, estupros e feminicídios marcam a violência de gênero no Paraná. Segundo pesquisas de WASELFISZ (2012), no ano de 2010, o Paraná estava na terceira posição do ranking de feminicídios entre os estados do Brasil. Entre os municípios paranaenses de maior índice de feminicídio neste ano de 2010, o de Piraquara encontrava-se em 2º lugar, Curitiba em 21º lugar, Araucária em 22º lugar, Fazenda Rio Grande em 32º lugar, Telêmaco Borba em 39º lugar, União da

Vitória em 47º lugar, Pinhais em 65º lugar, São José dos Pinhais em 71º lugar, Colombo em 76º, Guarapuava em 91º lugar. Entre os países da América Latina, o Brasil encontrava-se em 7º lugar em taxas elevadas de feminicídio no ano de 2009. (WAISELFISZ, 2012 a, 2012 b)

Para o autor, entre os anos de 2003 e 2013 houve um aumento considerável nas taxas de violência doméstica e de feminicídio no Brasil. Somente no Estado do Paraná, entre estes anos houve um aumento de 24,7% de feminicídio, embora as taxas 2010 e 2013 demonstrem um leve declínio, chegando no ano de 2013 a ficar em 19º lugar. (WAISELFISZ, 2015)

Porém devido a contradição presente nos processos, as lutas populares, as organizações, o estudo e toda subversão organizada e coletiva em prol de direitos e equidade, gostaríamos de compartilhar uma citação do Jornal da Marcha Mundial das Mulheres:

Mulheres, nesse ano de 2019, temos muitos desafios pela frente. O governo de ultradireita do presidente Jair Bolsonaro tomou posse em 1º de janeiro e confirmou a que veio: anular direitos conquistados após décadas de lutas destruir as condições de vida do povo, principalmente das mulheres pobres, negras, indígenas, LGBT, aumentar a exploração e a violência, entregar nossas riquezas a grandes empresas transnacionais e colocar o Brasil em uma posição submissa no cenário político internacional. Em menos de um mês de governo, Bolsonaro mostra que vai atuar espalhando discursos de ódio, ataques aos movimentos sociais, organizações da sociedade civil, professoras, estudantes e todos que lutam por terra, justiça social e igualdade. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019, p.1)

A violência contra a mulher só vem aumentando segundo os dados, e o papel do estado, é realizar políticas públicas, proporcionar debates e intensificar ações que reverta essa situação. Para isso, não basta somente ações pós-violência, mas é necessário apontar reflexões que cesse com a cultura do estupro e da violência de gênero em todas as suas dimensões. É inadmissível que a maioria das mulheres sintam medo de serem estuprada se tenham que mudar sua rotina. Por isso é extremamente necessário que a humanidade, principalmente indivíduos que ocupem cargos públicos estudem e entendam essa luta, como pauta séria e necessária e assim sejam realizadas ações para que mulheres parem de morrer, pelo fato histórico e cultural de serem mulheres.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS - (R) EXISTIMOS!

*“Mã  
Força que atrai, joga pra cima  
Rompe os bons costumes da família  
Explode o sentimento sem pudor  
No meu coração  
Bate uma canção  
Que é pra me libertar  
Essa é a visão  
Que vem pra convidar  
Não pra convencer  
A quem quiser bailar”  
(FRANCISCO EL HOMBRE)*

Para chegarmos até esse ponto do trabalho, foi necessário um grande percurso, não somente no ponto de vista teórico, mas das relações sociais e das lutas forjadas pelo conjunto da classe trabalhadora. Assim como todo trabalho, toda pesquisa, se dá a partir de processos e vivências que nos instigam, esse estudo não foi diferente, pois trata-se além de estudos teóricos, da prática orgânica da pesquisadora num movimento de luta social que busca construir ao longo de sua trajetória, e a duras penas, novas relações entre seres humanos, uma nova forma social mais justa e igualitária.

Compreendendo que temos contradições presentes nas nossas relações, ações e pensamentos, percebemos que os processos de exploração e dominação, não se dão em mão única, onde somente ele exista e se reproduza, por mais, que suas tentativas e repressões pra que isso aconteça sejam grandes e contínuas. Em todo sistema desigual, dividido por classes sociais, houve resistência e diferentes formas de organizações sociais contrapondo a ordem.

Sendo assim, nessas considerações finais, trazemos de forma breve três experiências dessa resistência que acontecem atualmente, apontando Movimentos Sociais que lutam especificamente em torno das três categorias de análise mencionadas acima, sendo elas; classe, raça e gênero. Apresentamos abaixo apenas uma, de várias experiências existentes em cada categoria, e por vezes como estas se relacionam e encontram-se presentes em cada uma das experiências, visto que ambas pretendem a transformação da sociedade.

A primeira delas é o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra - MST Movimento que se constitui oficialmente em 1984, com os objetivos centrais: *luta pela terra, por Reforma Agrária e por Transformação Social*, tendo em vista que a constituição do Brasil se deu a partir de intensivos conflitos territoriais e desigualdades, onde uma pequena parcela da sociedade possui grandes extensões de terra e a maioria é privada desse direito, de 1984 pra cá, o Movimento na medida em que vai realizando as lutas por seus objetivos, vai compreendendo a necessidade de estudar, aprofundar e incluir em suas pautas de luta, a diversidade de outros. Entre eles: a organização das mulheres no campo e a mudança de hábitos nas relações de gênero; a pauta LGBTQI+ no campo; a juventude e a infância no campo, a alimentação saudável, sendo produzido por novas relações entre seres humanos e com a natureza; por uma educação gratuita, de qualidade, feita pelos e para os povos do campo.

Gilmar Mauro, dirigente nacional do MST, entrevista para o Brasil de Fato, nos diz o que é o MST hoje, resumidamente:

É bom que se diga: o MST vai continuar ocupando terras no Brasil até que se faça a reforma agrária. Enquanto existir um sem terra no nosso país, o MST foi criado para isso: para organizar e para lutar. Mas o MST é produção, é agroecologia, é cultura, é arte, é educação, com os vários projetos de alfabetização de jovens e adultos pelo país afora, o MST é formação, é um movimento que está articulado internacionalmente com muitos movimentos sociais. O MST tem apoio da intelectualidade, de artistas brasileiros e de uma parcela significativa da população. Então nós não temos nenhuma dúvida de que esse ataque é parte dessa lógica de criminalização dos movimentos sociais que, aliás, estão fazendo com a pobreza no Brasil, com as periferias, com os negros, com os homossexuais, e também com os movimentos organizados como o MST. (FERNANDES, 2018, on-line)

Na sequência apresentamos o Movimento Negro Unificado (MNU), que se consolida em 1978, quando a ditadura civil-militar, prendeu, torturou e assassinou um feirante acusado de roubar frutas no seu local de trabalho. No mesmo ano quatro jogadores de voleibol foram discriminados e um operário foi morto pela polícia militar no bairro Lapa em São Paulo. E assim, o Movimento vai criando corpo em uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Os negros e negras viram a necessidade de se organizarem e construírem um Movimento que tivesse como pauta à luta contra a desigualdade racial e todos os preconceitos e atrocidades por ela causada. Atualmente o Movimento intensifica algumas pautas e

se vê em constante desafio nesse período histórico. Como apresenta Regina Lucia Santos, integrante do MNU, em entrevista para o Brasil de Fato;

Acho que uma das principais pautas hoje é contra o genocídio da juventude negra, da população negra em geral, o fim do racismo religioso. Eu acho que outra questão importante é a educação não ser colocada só a partir da história do europeu, mas principalmente do povo negro e indígena. Nós temos reivindicações muito fortes que são todas de combate ao racismo existente no país. **A questão do acesso às terras quilombolas**, a educação não centralizada na filosofia judaico-cristã europeia, e a questão do papel da mulher negra são também pontos-chave.

(...)

Os desafios que o governo Bolsonaro e a extrema direita impõem ao movimento negro são enormes, porque eles avançam sobre conquistas históricas que acabaram beneficiando a população negra. A retirada desses direitos primeiramente atinge os negros. A questão da Reforma da Previdência, por exemplo, já que quem com certeza não se aposentará será a população negra, pobre e periférica. Se a gente der uma olhada na expectativa de vida nas periferias de São Paulo, onde está a população negra, a gente percebe que os negros nunca chegarão a aposentadoria por essa reforma do governo Bolsonaro. Os desafios são extremos, e temos que lutar com todas as forças para que a gente não perca os direitos conquistados até hoje. Já se fala em acabar com as cotas nas universidades e nos concursos públicos, o que é uma conquista do movimento negro. Nós temos uma luta de vida, na verdade, contra esse governo. (CAETANO, 2019, on-line)

O terceiro Movimento que aqui apresentamos é a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Esse Movimento que inicia em 2000, é internacional e se coloca em oposição à pobreza e à violência contra as mulheres. A Marcha pauta temas contra a desigualdade de gênero, racial e de classe, e, referente à comunidade LGBTQI+, se fortalece no Brasil com a Marcha das Margaridas (voltada à luta das mulheres do Campo). Helena Zelic, militante da Marcha, traz alguns elementos da importância da militância como embate do poder político atual:

Essa conjunção de fatores indicam que o conservadorismo e as políticas econômicas neoliberais estão, agora, caminhando juntas, no Brasil e em muitas partes do mundo. O conservadorismo não é apenas cortina de fumaça, ele é a própria política, ele é parte fundante da engrenagem deste projeto que precisamos derrotar. Por isso, é preciso que sejamos muitas na luta diária por uma outra sociedade e uma outra economia – que, na prática, significa uma outra forma de viver a vida. É preciso que estejamos mais juntas do que nunca, que não deixemos nossas pautas caírem no esquecimento e, ao mesmo tempo, que não aceitemos as caixinhas setorizadas que tentam nos impor. (ZELIC, 2019, on-line)

É importante em que um período como esse em nosso país, onde a onda do conservadorismo cresce e se naturaliza, a exaltação da violência cresce absurdamente, onde se efetiva a criminalização de movimentos sociais e retirada

paulatina ou brusca de direitos se consolida, que estejamos em resistência. Essa que se faz com muito estudo, conhecimento da história e análise dos porquês, essa que se faz reinventando, reorganizando, re-significando culturas, conceitos, pessoas e ações coletivas.

E assim encerrando com a música que traz em si, uma das frases que se tornou muito conhecida em meios de resistência: “Ninguém solta a mão de ninguém”, que pesquisando, podemos encontrar dois significados, um é que a tatuadora que fez o símbolo (o desenho) e lançou a frase pós eleição, diz tê-la usado porque ouvia de sua mãe quando criança, ao se encontrar em um momento difícil. O outro, se refere ao período da ditadura, quando os militares entravam nos barracos improvisados, que eram as salas de aula, de estudantes de Ciências Sociais da USP. A luz se apagava repentinamente e os estudantes se davam as mãos aproximando-se do pilar mais próximo, quando as luzes se acendiam eles faziam chamadas, sendo um resultado negativo.

Ambas histórias, são carregadas do mesmo sentido e fortaleza, de solidariedade e coletividade, de (r) existência e de luta pela emancipação humana.

As águas nos olhos de Seu Francisco  
O chão vermelho de Salvador  
João e José ainda correm risco  
Ela ainda não voltou da noite de horror  
Pobres, índios e negros na mira  
São sempre os mesmos suspeitos  
O menino corre, o drone atira  
E a televisão diz: “bem feito!”  
Ninguém solta a mão de ninguém  
Eu sei, que a noite será escura  
Um longo caminho, de dor e procura  
Mas não podemos nos perder  
Vão nos ouvir, vai nos perseguir  
Vão querer nos calar, vão nos reprimir  
Vão nos delatar, vai espionar  
Vão tentar dividir para conquistar  
Quando o silêncio chegar  
Querendo nos impedir  
Nunca deixaremos de cantar  
Mão na mão vamos resistir  
NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM (...)  
(FARACO, 2018)

Temos a certeza que os aspectos e assuntos tratados nesse artigo precisam ser aprofundados ou talvez mais detalhados, pois é uma necessidade histórica da

humanidade avançar para uma formação social que elimine todas as formas de preconceitos, injustiças, toda a formação de opressão e repressão ao diferente e ao divergente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAETANO, Bruna. Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes. In: **Brasil de Fato**. *On-line*: Brasil de Fato, 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores/> . Acesso em setembro de 2019.

CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de I Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FARACO, Márcio. **Mão na Mão**. Videoclipe Musical de 3'57''. Disponível em: <https://youtu.be/og0bqqMPFFw> . Acesso em agosto de 2019

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaios de Interpretação Sociológica. 2. Ed. Rio e Janeiro: Zahar Editores, 1976

FERNANDES, Leonardo. MST e MTST: Você realmente conhece esses movimentos?. In: **Brasil de Fato**. *On-line*: Brasil de Fato. 25/10/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/mst-e-mtst-voce-realmente-conhece-essas-organizacoes/> . Acesso em setembro de 2019.

FERNANDES, Marcella. Decreto que flexibiliza posse de arma eleva risco de feminicídios no país. In: **Huffpost**. *On-line*: Huffpost, 15/01/2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/m.huffpostbrasil.com/amp/entry/decreto-armas-violencia-mulheres-feminicidio-br-5c3dc5bae4b0e0baf541092b> . Acesso em setembro de 2019.

GARCIA, Gabriel. Treze Frases de Bolsonaro de natureza sexual e machista. In: **Congresso em Foco**. Respeitamos as Diferenças. *On-line*: Congresso em Foco, 14/08/2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/congressoemfoco.uol.com.br/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/amp/> . Acesso em setembro de 2019.

GENERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero**. [S.l]: [s.n], 2016-2017. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/downloads/#> . Acesso em agosto de 2019.

IASI, Mauro. De onde vem o conservadorismo? In: **Blog da Boitempo**. On-line: Blog a Boitempo, 15/04/2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> Acesso em agosto de 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Mulheres em Marcha contra Bolsonaro: Jornal da Marcha Mundial das Mulheres. SP: MMM, Janeiro, 2019

PAVANELLI, Aline. Paraná registra aumento de 25% nas ocorrências de violência doméstica; saiba o que é considerado crime e onde procurar ajuda. In: **G1 PARANÁ**. On-line: G1 Paraná, 07/08/2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pr/parana/noticia/2019/08/07/parana-registra-aumento-de-25percent-nas-ocorrencias-de-violencia-domestica-saiba-o-que-e-considerado-crime-e-onde-procurar-ajuda.ghtml> . Acesso em setembro de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**.2° ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. [S.I.]: FLACSO; CEBELA, agosto de 2012(b)

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil. SP: Instituto Sangari, abril de 2012(a)

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br) . Acesso em agosto de 2019.

ZELIC, Helena. Nós mulheres lésbicas, não cabemos no conservadorismo. In: **Blog da Marcha Mundial das Mulheres**. On-line: Blog da Marcha Mundial das Mulheres, 29/08/2019. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/> . Acesso em setembro de 2019

ZIZEK, Slavoj, **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução Miguel Serras Pereira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.